

Propostas do GT 1

Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

Cada Conferência Estadual poderá enviar para a etapa nacional até 14 (catorze) propostas, sendo 02 (duas) propostas de cada eixo e 02 (duas) propostas extras a serem priorizadas em qualquer dos eixos, conforme o nível de importância em relação às necessidades e especificidades locais.

Algumas dicas e sugestões para a elaboração das propostas:

* Evite juntar várias ideias e/ou sugestões em uma mesma proposta. Cada proposta deve tratar de um único assunto;
* Evite criar propostas muito grandes que acabam por confundir o leitor, desvalorizando o conteúdo realmente relevante. As propostas devem ser tão concisas e assertivas quanto possível, não sendo indicado propostas com mais de cinco linhas;
* Revise as propostas antes de enviá-las, corrigindo eventuais erros ortográficos e gramaticais;
* Verifique sempre se as propostas produzidas possuem objetividade, clareza, concisão e coerência.



## Registro de propostas do Grupo de Trabalho 01

|  |  |
| --- | --- |
| **Título** | **Grupo de Trabalho 01 “Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura”** |
| **Data de realização** | **XX a XX de XXXXXXX de 2023** | **Local de realização** | **XXXXXXXXXXX (UF)** |

|  |
| --- |
| **Proposta 1** |
|  |

|  |
| --- |
| **Proposta 2** |
|  |

**Propostas extras**

Aqui poderá ser indicada uma proposta extra. **Lembre-se: poderão ser indicadas até duas propostas-extra por conferência estadual**.

Sugere-se que em cada GT seja apresentada uma proposta extra, para definição durante a plenária final

|  |
| --- |
| **Proposta extra** |
|  |

## Eixos da Conferência (para consulta)

As discussões das etapas da 4ª CNC serão realizadas a partir dos seguintes eixos:

### Eixo 1 – Institucionalização, Marcos Legais e Sistema Nacional de Cultura

É preciso progredir na institucionalização da cultura. Nesse sentido, é necessário aprofundar o debate sobre marcos e instrumentos legais que contribuam para o amadurecimento das políticas culturais brasileiras, de forma a enfrentar as descontinuidades e a pouca institucionalização das políticas culturais.

### Eixo 2 – Democratização do acesso à cultura e Participação Social

Debater e reforçar o lugar da participação social como força motriz de nossa democracia e valorizar o protagonismo da sociedade civil na elaboração, no acompanhamento e no controle social das políticas públicas.

### Eixo 3 – Identidade, Patrimônio e Memória

Debater e reconhecer o direito à memória, ao patrimônio cultural e aos museus; valorizando as múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira, os bens culturais expressivos da diversidade étnica, regional e socioeconômica e as narrativas silenciadas e sensíveis da história nacional, de modo a contribuir para a preservação de seus valores democráticos.

### Eixo 4 – Diversidade Cultural e Transversalidades de Gênero, Raça e Acessibilidade na Política Cultural

Fortalecer e criar mecanismos que garantam a proteção e a promoção da diversidade das expressões artísticas e culturais e a garantia de direitos, reconhecendo e valorizando as identidades e os territórios culturais brasileiros e a construção da acessibilidade na política cultural.

### Eixo 5 – Economia Criativa, Trabalho, Renda e Sustentabilidade

Ressaltar a importância da cultura para o desenvolvimento socioeconômico do país, por meio de políticas que fortaleçam as cadeias produtivas e as expressões artísticas e culturais, estimulem a dignidade e a solidariedade nas relações trabalhistas, potencializem a geração de trabalho, emprego e renda, ampliem a participação dos setores culturais e criativos no PIB do país e garantam a sustentabilidade econômica de grupos e agentes culturais.

### Eixo 6 – Direito às Artes e Linguagens Digitais

A criação de espaços de diálogo, reflexão e construção coletiva acerca do papel das artes em sua diversidade de fazeres, territórios e agentes, e do acesso às linguagens artísticas e digitais no fortalecimento da democracia na contemporaneidade. Incluindo também o debate sobre o papel do Estado brasileiro e seus entes federados na construção de políticas públicas para o desenvolvimento das redes produtivas dos setores das artes no Brasil.